

Território, Poderes Públicos e Conflitos Ambientais

João Lutas Craveiro*

Núcleo de Ecologia Social do Departamento de Edifícios do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

**Membro da Comissão Científica do 1º Congresso Ambiente e Sociedade: Alterações Climáticas, Ciência e Soluções*

Resumo:

A presente comunicação tem como objectivo enquadrar as questões sobre a apropriação e a humanização dos territórios na reflexão sobre o carácter dos poderes públicos e a emergência de conflitos ambientais. Assume-se que a sustentabilidade representa um desafio que se coloca no plano das práticas sociais e da ética civilizacional, explorando-se as tensões entre o local e o global, os interesses particulares e o interesse público. Argumenta-se a favor de uma *ética da responsabilidade* e de uma análise crítica sobre as relações entre a ciência e o poder.

Palavras-chave: Ambiente, Sociedade, Sustentabilidade, Ética

Em primeiro lugar agradeço à Comissão Organizadora deste Congresso, ao Instituto Superior de Ciências Educativas que promove este Congresso e, em especial, à Professora Isabel Duarte de Almeida, Presidente deste Congresso. Agradeço a sua capacidade de gerar diálogos entre saberes e perspectivas diversas. Porque este 1º Congresso Ambiente e Sociedade é um evento, estou seguro, de uma série de encontros e espaços de intervenção que honram a comunidade científica e as instituições de ensino. Os jovens estudantes aqui presentes sabem reconhecer, em eventos desta natureza, a marca da consciência cívica e a possibilidade do comum propósito do desenvolvimento sustentável, da democracia e da dignidade humana. Desta consciência cívica, sem preconceitos de raça, religião, nacionalidade ou por qualquer outro factor de divisão, nos deram ontem mesmo provas, na extraordinária animação na abertura deste Congresso. Gerou-se um sentimento colectivo de união pelo afecto da música. E, face à globalização dos danos ambientais e à responsabilidade cívica, somos, de facto, todos compositores. Porventura não tão unidos, mas todos responsáveis – até pelas notas de deserção cívica quando *vemos, ouvimos e lemos*, mas ignoramos.

Ainda ontem, na Mesa Redonda discutiu-se ética ambiental, falou-se de ética como de uma possibilidade fácil de gerar consensos em torno de novos valores. A questão não está tanto nos valores, mas nas práticas sociais, nos modos de consumo e de produção económicas. A ciência não pode simplesmente satisfazer necessidades económicas sem equacionar o problema do investigador perante a sociedade. O problema do investigador é o de assumir a responsabilidade ética de uma ruptura face aos interesses económicos que promovem um desenvolvimento insustentável e sem compromisso para com o futuro do planeta. A ética obriga, assim, a uma ruptura com a urgência do presente e exige a dimensão reflexiva de uma *ciência da ciência* (MORIN, 1992: p. 66).

Criar cidades sustentáveis solicita essa dimensão reflexiva, e solicita nas questões de ordenamento do território o repensar as relações de interdependência entre as zonas urbanas e as não-urbanas, a cidade e o *hinterland* nesse balanço de complementaridades que caracterizava a cidade europeia medieval com os seus anéis concêntricos de hortas, floresta, pomares e terras de cultivo e de pastagem (GIRALDET, 2007: p. 14). Não que se tenha que reproduzir modelos do passado. O crescimento das populações urbanas estimula a criação de mecanismos democráticos alargados de participação pública, privilegiando uma perspectiva integrada sobre o território, a coesão social e um novo paradigma de desenvolvimento baseado na relação entre espaços densamente povoados e espaços de valorização biológica, sem que se opere automaticamente uma dicotomia entre *usar* e *proteger* a natureza (FERNANDES, 2002: p.164). Deste modo, a paisagem rural deve ser entendida como um património (PARDAL, 2002: p. 49), mas a vertente patrimonial da conservação dos sítios parece apelar à aversão face à mudança.

Fazer participar as pessoas e criar espaços de interdisciplinaridade deve tomar-se como prioritário, mesmo que com isso se multiplique a possibilidade da controvérsia e se jogue o monopólio científico da veracidade, o que é particularmente crítico na presença e na avaliação dos riscos ambientais (BECK, 1992, e GONÇALVES, 2000). Argumenta-se que a legitimidade das políticas públicas tem que basear-se na legitimidade legal-racional integrando a componente da comunicação do risco e do envolvimento das populações, pois de outro modo o curso dos danos ambientais pelas alterações climáticas reforçará o carácter de uma heteronomia que pode fazer derivar os estados-nação para um proteccionismo inconsequente. Na sessão de abertura deste Congresso, Humberto Rosa alertava que não é o esgotamento dos recursos que coloca a questão da sustentabilidade, mas a realidade das alterações climáticas. Também a Comunicação de Filipe Duarte Santos, com base nos impactos das alterações climáticas, frisou a dimensão ética e o modo como as alterações climáticas acentuam perigosamente desigualdades sociais entre países desenvolvidos e países pobres.

A verdadeira fractura que divide territórios regionais e continentais tem o sinal das alterações climáticas e das condições ambientais, e não tanto a marca das diferenças culturais ou religiosas empolgadas por politólogos como Samuel Huntington (1999). Retomando a análise crítica sobre os modelos de desenvolvimento, que ficou conhecida nos anos 60 do século XX por *ecologia social* (BOOKCHIN, 1962), Filipe Duarte Santos salienta que a perspectiva da *ecologia social* faz radicar as causas dos problemas ambientais nos sistemas sociais e políticos, salientando a «importância da dimensão social na relação do homem com a natureza» (DUARTE SANTOS, 2007: p. 514). Numa perspectiva, então inovadora, pode afirmar-se que contrariamente às teorias clássicas os conflitos sociais de dimensão civilizacional não são directamente determinados pelas desigualdades sociais ou a iníqua *distribuição dos bens*, mas pela *distribuição dos males* (problemas de bem-estar e saúde públicas por efeitos de agentes poluidores, desastres naturais ou acidentes tecnológicos) processando-se o recrutamento social para o conflito essencialmente na base da percepção dos riscos ambientais e da qualidade do ambiente (Figura 1).

Figura 1: A *ecologia social* dos conflitos ambientais



O caminho a seguir, mais uma vez sublinhando uma *ética da responsabilidade*, passa pelo envolvimento das populações e pela dimensão cívica das intervenções públicas, «pela actuação local com um olhar global e pela participação global com um objectivo local» (FERREIRA, 2003: p. 51). Não podemos, pois, pensar mais como Marx de que «a ética de uma sociedade é reflexo da estrutura económica a que a tecnologia deu origem» (SINGER, 2004: p. 39). Se queremos apostar na dimensão social dos problemas ambientais e no papel da ciência independente das pressões dos interesses económicos e políticos de curto ou médio prazo, em função dos ciclos económicos ou dos ciclos eleitorais, temos que acreditar que a ética ambiental e as virtudes da cidadania representam as reservas da regeneração civilizacional e as marcas distintivas da sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- BECK, Ulrich (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- BOOCKCHIN, Murray (1962), *Our Synthetic Environment*, New York: Harper.
- DUARTE SANTOS, Filipe (2007), *Que Futuro? Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*, Lisboa: Gradiva.
- FERNANDES, João Paulo (2002), *A Política e o Ambiente. A Dimensão do Indivíduo. Sustentabilidade: o Desafio de Romper com os Velhos Paradigmas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FERREIRA, Francisco (2003), *Por uma Nova Atitude Global: Ética Ambiental, uma Ética para o Futuro*, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: pp. 45-51.
- GIRALDET, Herbert (2007), *Criar Cidades Sustentáveis*. Águas Santas: Ed. Sempre-Em-Pé.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (2000), *Cultura Científica e Participação Pública*. Oeiras: Celta.
- HUNTINGTON, Samuel (1999), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa: Gradiva.
- MORIN, Edgar (1992), *Ciência com Consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- PARDAL, Sidónio (2002), *Planeamento do Espaço Rústico*. Lisboa: Ed. de ADISA/Instituto Superior de Agronomia e CESUR/ Instituto Superior Técnico.
- SINGER, Peter (2004), *Um Só Mundo: a Ética da Globalização*, Lisboa: Gradiva